

Estatuto da Criança e do Adolescente já vigora

A maioria dos brasileiros com idade entre zero e 17 anos (cerca de 42% da população do País) está mais para cenários de horror que para cenários de fadas. A metade deles vive a miséria de famílias com renda mensal de até meio salário mínimo. Cerca de 82 crianças em cada mil nascidas morrem antes dos cinco anos. E, depois dessa idade, morrem devido a acidentes, envenenamento, homicídio ou suicídio. Quatro milhões de crianças brasileiras jamais assistiram a uma aula e cerca de 11 milhões pararam de estudar depois do 1º grau. Estatísticas mostram que muitas crianças trabalham durante 40 ou mais horas por semana. Quase todos sem carteira assinada.

Hoje (12 de outubro), Dia das Crianças, o Brasil tem um pequeno motivo para comemorar e um outro, muito maior, para se preocupar. Pode comemorar a vigência, a partir de hoje, do novo Estatuto da Criança e do Adolescente, uma

das mais avançadas legislações sobre o assunto em todo o mundo. Deve preocupar-se, porém, com o destino e aplicação dessa lei, que, com muitas outras, corre o risco de ficar empoeirando na estante das histórias da carochinha.

PENAS SEVERAS

Já sancionada pelo presidente Fernando Collor, a nova lei é resultado de quase dois anos de trabalho de entidades ligadas à assistência e proteção ao menor e sua aprovação foi apoiada por educadores, psicólogos e assistentes sociais. Com razão. Praticamente todas as reivindicações desses profissionais estão incluídas na legislação, que segue as diretrizes impostas pela Convenção dos Direitos da Criança, elaborada em novembro de 1989 pela Assembleia Geral da ONU. Ao contrário do Código do Menor — que se aplicava a menores em situações difíceis, como os infratores, submetidos a maus-tratos ou aqueles privados de condições

mínimas de subsistência —, o Estatuto assegura proteção integral a todas as crianças e adolescentes até 18 anos, a começar com proteção às gestantes.

“É a mudança de uma doutrina de controle social para promoção de direitos”, comemora a educadora, psicóloga e advogada Maria Amélia Azevedo. A lei considera que o Estado, além dos pais ou tutores, também tem responsabilidade sobre crianças e adolescentes e pode ser acionado judicialmente se infringir a lei. Restringe o poder dos juízes e coloca a sociedade civil na função de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança, por meio dos Conselhos Tutelares. A nova lei pune não apenas as ações de violação dos direitos da criança, mas também, a omissão no cumprimento destes direitos.

“Ainda não há nada igual no mundo”, exulta o advogado, psiquiatra e psicólogo infantil Haim Grunspan, autor do livro “Os Direitos dos Menores”, pa-

ra quem o novo estatuto pode mudar a história social da população menor de 18 anos. “A criança passa a ser encarada como cidadão, com direitos iguais aos dos adultos”, diz.

Um deles é o direito de defesa pública em todos os casos. Se o menor não tiver recursos, o Estado deve assegurar-lhe um advogado.

As normas de adoção são as únicas que levantam alguma polêmica. De modo geral, o Estatuto facilita a adoção ao abolir a exigência de cinco anos de casamento ao casal adotante e permite que qualquer adulto maior de 21 anos adote uma criança, mecanismos aplaudidos pelos profissionais ligados ao menor. As crianças com mais de 12 anos, além disso, devem dizer se querem ou não ficar com os adotantes candidatos. Mas a nova legislação também proíbe a adoção por procuração e aumenta o período de convivência em território nacional no caso de pais adotantes estrangeiros.



A nova lei assegura desenvolvimento do potencial infantil.

Prisão: só em flagrante

Com 267 artigos, a nova lei relaciona 12 direitos fundamentais que devem ser assegurados às crianças — direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar — e lista as penas impostas às mães ou pais que não cumprirem essas obrigações. São penas de prisão, por ação ou omissão. Se uma criança deficiente for recusada por uma escola, o diretor do estabelecimento poderá ser processado. O mesmo para o prefeito que não oferecer creches às crianças menores de seis anos. “É um avanço extraordinário”, exulta Grunspan.

A lei relaciona ainda seis situações das quais as crianças devem ser protegidas: ne-

gligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. E as penas, em alguns casos, são severas: a autoridade policial que submeter a criança à tortura pode pagar até 30 anos de reclusão. As punições incluem a perda do pátrio poder, quando os agressores forem os próprios pais — o que é frequente.

São criados também mecanismos para combater o principal obstáculo na luta contra a violência: o silêncio. O Estatuto torna obrigatória a notificação, por parte de médicos, professores e diretores de estabelecimentos dos casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos e agressão contra os menores — sob pena de multa. Outro avanço da legislação, na opinião de Grunspan,

é que a partir do Estatuto, os contribuintes do Imposto de Renda poderão abater da renda bruta as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacionais da criança (até 10% para a pessoa física e 5% para a pessoa jurídica).

O Estatuto muda também a filosofia do tratamento dos problemas do menor, ao estimular a convivência familiar e abominar o confinamento.

De acordo com a nova legislação, o menor só pode ser apreendido em caso de flagrante delito ou com ordem fundamentada do juiz e só será confinado em caso de delitos graves, como homicídio ou assalto. Hoje, tanto os menores infratores quanto os carentes ficam juntos na Febem.

O que estabelece a lei

Assegura proteção integral a todas as crianças e adolescentes até 18 anos sem discriminação de qualquer tipo.

Submete à apreciação do poder judiciário qualquer violação, por ação ou omissão, dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

O Estado também tem responsabilidade pela criança, além dos pais ou responsáveis, e também pode ser acionado judicialmente.

O órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança é o Conselho Tutelar Municipal, composto por representantes da sociedade civil.

As decisões do Conselho só poderão ser revistas pela autoridade judiciária e a pedido dos interessados.

Garante à criança e ao adolescente o direito de defesa com todos os recursos a ela inerentes.

Abre os direitos da criança desde a gestação.

A falta ou insuficiência de recursos deixa de ser motivo para perda ou suspensão do pátrio poder.

Torna obrigatória a notificação dos casos suspeitos ou confirmados de violência contra a criança, por parte de médicos, professores e outros profissionais de saúde e ensino. A omissão é passível de punição.

Proíbe a adoção por

procuração.

Crianças com mais de 12 anos podem decidir se querem ser adotadas ou não pelos candidatos.

Restringe a internação somente a infrações graves (homicídio ou assalto) ou reincidência e o período de confinamento a um máximo de 3 anos.

Restringe a apreensão a flagrante delito ou ordem fundamentada do juiz.

Pune o abuso do pátrio poder, de autoridades e responsáveis pelas crianças e jovens, inclusive policial que submeter a criança a constrangimento ou tortura. A pena para tortura varia de 1 a 30 anos de prisão.

TRE divulga resultado das eleições do dia 3

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) divulgou quarta-feira (10) o resultado das eleições de 3 de outubro, com os nomes dos 54 deputados estaduais, dos deputados federais e do senador eleitos pelo Paraná, além dos números relativos ao pleito de governador (primeiro turno).

Do total de 4.393.280 votos apurados — houve abstenção de 13,9% —, no pleito governamental, José Carlos Martinez, da coligação Novo

Paraná (PRN/PFL/PDC/PSC), obteve 1.129.191 votos (25,7%); Roberto Requião, do Movimento Democrático Trabalhista (PMDB/PMN/PT do B), 1.073.926 (24,4%); José Richa, da Frente Paraná Democrático (PSDB/PCB/PC do B), 677.714 (15,4%); Henrique Pizolato, do PT/PSB, 192.264 (4,4%); Jussara das Graças Toledo Cavalheiro, do PST, 37.998 (0,9%); e Tasso Gouveia, do PSD, 25.810 (0,6%). Houve ainda 530.669

votos em branco (12,1%) e 725.708 nulos (16,3%).

Na eleição para o Senado, o eleito José Eduardo de Andrade Vieira, da coligação União Paraná (PTB/PDS/PT/PSB), conquistou 1.035.876 votos (23,6%); Antonio Celso Garcia, do PRN, 690.350 (15,7%); Maurício Roslindo Fruet, da Frente Paraná Democrático, 322.001 (7,3%); Paulo Cruz Pimentel, do PFL, 289.945 (6,6%);

Waldyr Ortencio Pugliesi, do Movimento Democrático Trabalhista, 129.835 (3%); Edson Carlos Pereira de Sá, do PT/PSB, 102.668 (2,3%); José Tatleu Bento França, do PDT, 56.746 (1,3%); e Marilza Tavares Martinelli, do PSD, 46.953 (1,1%). Foram registrados 1.010.235 votos em branco (23%) e 708.671 nulos (16,1%).

Na Câmara Federal, a bancada do Paraná será formada por 12 representantes da coligação Novo Paraná, sete do Movimento Democrático Trabalhista, quatro da Frente Paraná Democrático, três do PT/PSB, dois do PDT e dois da coligação União Paraná

(PTB/PDS/PT/PSB). No pleito para a Câmara, foram registrados 1.330.656 votos em branco (30,28%) e 807.392 nulos (18,37%).

As bancadas da Assembleia Legislativa estarão assim constituídas: coligação Novo Paraná, 16 deputados; Movimento Democrático Trabalhista, 16 deputados; PDT, seis deputados; União Paraná, cinco; Frente Paraná Democrático, cinco; PT/PSB, quatro; e PL, dois. O pleito de deputado estadual registrou 1.119.452 votos em branco (25,48%) e 722.357 nulos (16,44%).

Os eleitos nas eleições parlamentares foram os seguintes candidatos:

DEPUTADOS FEDERAIS

PDT	
Elio A. Dalla Vecchia	18.139
Edi Siliprandi	17.315
PRN/PFL/PDC/PSC	
Max Rosenmann	58.676
Benedito Pinga Fogo de Oliveira	58.459
Renato Johnsson	50.029
Otto da Cunha	49.040
Antônio de Souza Barbara	41.110
Luciano Pizzato	35.721
Basílio Villani	34.143
Carlos Ratinho Massa	33.887
Ivanio Guerra	32.213
Isio Ueno	31.798
Werner Wanderer	31.709
Reinhold Stephanes	29.972
PT/PSB	
Pedro Tonelli	30.862
Edésio Passos	12.644
Paulo Bernardo	9.642
PTB/PDS/PT/PSB	
Matheus Iensen	24.588
Onalreves Rolim de Moura	24.240
PMDB/PMN/PT do B	
Saiaid Ferreira	41.946

Delcino Tavares da Silva	37.508
Carlos Scarpellini	31.440
Antonio Romero Filho	29.708
Luiz Carlos Hauly	28.823
Homero Oguido	25.789
Joni Varisco	20.137
PSDB/PCB/PC do B	
Wilson Moreira	54.332
Rubens Bueno	27.975
Flávio Ams	23.670
Paulo da Rocha	17.179
DEPUTADOS ESTADUAIS	
PDT	
Cezar Silvestri	22.010
Emília Belinati	17.392
Geraldo Ribeiro	16.951
Rafael Greca de Macedo	16.792
Algaci Túlio	14.465
Albino Corazza Neto	13.766
PL	
José Colombino Grassano	13.160
Dalton Machuca	11.506
PRN/PFL/PDC/PSC	
Luiz Carlos Alborghetti	85.983
Antonio Costenaro Neto	19.168
Arlindo Adelino Troian	18.159

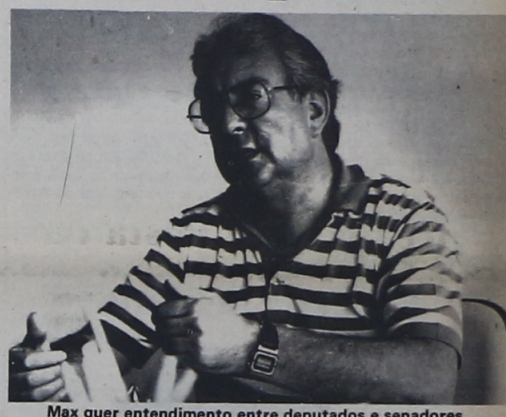
João Batista de Aruda	17.996
Valdir Luiz Rossini	17.601
Elio Lino Rush	15.467
Domingos F. de Carvalho	14.991
Basílio Zanussi	14.421
Lourenço Fregonesi	12.121
Nelson Garcia	12.032
Nelson Justus	11.882
Ademar Luiz Triano	11.658
José Ritti Ricci	11.617
Duilio Genari	11.316
Antonio C. B. Mendes de Campos	11.157
Plauto Guimarães Filho	11.092
PT/PSB	
Ovídio Constantino	11.625
Emani	10.360
Dr. Rosinha	6.384
Paulo Maia	6.064
PTB/PDS/PT/PSB	
Erondi Silvério	20.083
Anibal Khury	18.536
Antônio Colaço Vaz	13.943
João Flavina Iensen	12.028
Luiz Antonio Setti	11.516

PMDB/PMN/PT do B	
Carlos Simões	37.213
Artágio de Mattos Leão	28.381
José Afonso Júnior	24.577
Orlando Pessuti	21.731
Caio Quintana	21.453
Djalma Cesar	20.067
Renato Adur	17.913
Dobrandino G. da Silva	17.823
Nilton Roberto Barbosa	16.780
Severino Felix Pessoa	16.623
Neivo Beraldin	16.277
Dirceu Manfrinato	15.901
José Matos do Amaral	15.861
Luiz Carlos Martins Gonçalves	15.618
Edson Silva Lino	14.497
Cleitton Crisóstomo	14.460
PSDB/PCB/PC do B	
Antonio Annibelli	15.813
Antônio Colaço Vaz	13.780
Heinz Georg Erwing	12.426
Hermes Brandão	11.298
Alceu Antonio Swarowski	10.375

Max propõe pacto

Primeiro lugar nas eleições de deputado federal no Paraná, com 58.676 votos, Max Rosenmann, 49 anos, vai cumprir seu segundo mandato na Câmara. Ex-empresário do setor de joalherias, Max tem sua base política na Região Metropolitana de Curitiba e conta com o apoio de mais de 40 prefeitos paranaenses.

A votação obtida no pleito de 3 de outubro ele atribui à sua atuação no Congresso. “Sou um parlamentar atuante, que se preocupa não apenas com as atribuições específicas de um deputado — apresentar projetos, votar leis —, mas também dá atenção às bases, oferecendo respostas aos pleitos do governo estadual, prefeitos e eleitores”, afirmou.



Alarmado com a crise social, econômica e política que se abate sobre o País, Max Rosenmann propõe um pacto entre deputados e senadores recém-eleitos, com o objetivo de buscar medidas de consenso que ajudem na solução dos problemas brasileiros. “O primeiro comprometimento que deve haver no combate à crise envolve os políticos. De nada adiantará o governo, empresá-

rios e trabalhadores discutirem entre si as questões nacionais se não ocorrer um entendimento entre os políticos, pois em última análise serão eles que votarão projetos”, ressaltou.

Max Rosenmann, durante o primeiro turno da eleição governamental, manteve posição de neutralidade, embora seja filiado ao PRN, partido do candidato José Carlos Martinez. “Conversei com o Martinez, de

forma limpa, decente, explicando-lhe que muitas de minhas bases políticas apoiaram o Roberto Requião no primeiro turno. Para o segundo, voltarei a conversar com o Martinez, depois de me reunir com os prefeitos que me apoiaram, discutindo o caminho a tomar. Essa conversa, ao contrário de um problema, é uma solução”, concluiu Rosenmann.

Quociente eleitoral gera protesto de derrotados

O quociente eleitoral, resultado da soma dos votos nominais, votos em legenda e votos em branco dividida pelo número de vagas em cada casa legislativa, vem sendo causa de protestos de diversos candidatos, que, apesar de boa votação, não conseguiram se eleger porque seus partidos ou coligações não atingiram o quociente eleitoral.

Este é o caso do ex-ministro Dante de Oliveira, do PDT do Mato Grosso, candidato à Câmara Federal, que obteve a maior votação nominal (49 mil votos) em seu Estado, mas não se eleger porque sua coligação (PT/PDT/PCs) não atingiu o quociente eleitoral (90 mil votos). Agora, a “Frente Popu-

lar” de Mato Grosso pretende entrar com representação junto ao Supremo Tribunal Federal, reivindicando a exclusão dos votos em branco do cálculo que forma o quociente eleitoral.

A “Frente” alega que o Código Eleitoral em vigor, datado de 1965, fere o espírito da Constituição, cujo artigo 77, parágrafo 2º, diz: “Será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e nulos”.

A exclusão dos brancos vale tanto para a eleição presidencial como para a de governadores, mas não se aplica às eleições para o Congresso Na-

cional e Assembleias Legislativas. A representação dirá também que incluir os votos em branco no item da Constituição que diz ser o voto “universal e direto”. Diante de Oliveira acha que “voto em branco não é voto direto, mas indireto”.

O número de votos em branco em Mato Grosso (280 mil) distorceu o resultado, reclama a “Frente Popular”. Com 272 mil votos nominais, a coligação PFL/PDS/PL/PTB/PTR acabou elegendo todos os oito deputados federais do Estado. Se fossem excluídos os votos em branco, o quociente eleitoral cairia para cerca de 40 mil e a “Frente Popular” ficaria com duas vagas.

Realizada I Festa da Criança Campo-larguense



Praça do “Reino da Loucinha” ficou lotada sábado último.

Para homenagear as crianças campo-larguenses, a Prefeitura realizou, no último sábado (6), na praça do Reino da Loucinha, a I Festa da Criança. O evento foi realizado pelos Departamentos de Cultura, Esporte e Educação, com apoio do Provedor Municipal, Banco do Brasil (agência Campo Largo), professores da rede de ensino municipal e do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Sagrada Família.

Durante a festa, que começou às 13 horas e prosseguiu até as 18 horas, foram distribuídos brinde, refrigerantes, sanduíches, algodão doce e pipoca. Compareceram mais de 1.500 crianças, do maternal ao primeiro ano, orientadas por 60 professores municipais, alunas do Colégio Sagrada Família e voluntários. O Departamento de Educação destinou ônibus escolares para o transporte das crianças com idade de três a sete anos, que se divertiram durante toda a tarde com brincadeiras, palhaços, pirotécia, pinturas em papel e molduras em argila. “Foi um dos momentos mais gratificantes que a Prefeitura pôde proporcionar às

Menor é prioridade da administração municipal

O prefeito Afonso Guimarães explica que a criança só poderia ser prioridade em sua administração, porque, como médico pediatra e, acima de tudo, como conhecedor de suas necessidades, a situação não poderia ser diferente. “Acho que todo governante deve priorizar a saúde, educação e lazer ao cidadão desde a sua infância. Só assim teremos condições de fortalecer nosso País e chegar a uma nação forte e soberana”, analisa o prefeito. E para concretizar uma parte de seus compromissos com a população, Afonso Guimarães determinou, nos primeiros meses de sua administração, a implantação do transporte escolar seguro e eficiente, que leva diariamente às escolas 9.500 crianças, inclusive da zona rural.

ESPORTE

Durante toda a semana, mais de 1.200 crianças com idade entre 4 e 12 anos recebem orientação à prática esportiva nas dependências da Vila Olímpica. As crianças frequentam escolinhas de natação, futebol, handebol, voleibol, basquetebol e ginástica olímpica.

Para abrigar ainda mais a festa da criança estiveram presentes o grupo de teatro Parangolé, com a apresentação da peça “Show do Bata-tão”, que esteve se apresentando na festa das crianças de Colombo, na segunda-feira (8); a Banda Escola Municipal de Campo Largo, que esteve no domingo (7) participando também da festa das crianças no Parque Barigui, a convite do Sesi de Curitiba; e o grupo “Invernada Mirim” do CTG Cristóvão Pereira de Abreu, composto por crianças que deram um show à parte, dançando, rindo, vanerão e xula. “Foi uma festa digna da criança campo-larguense, com muita alegria e calor humano”, completou César Barros, que promete a segunda, a terceira, a quarta — festa da criança. “E esperamos que isso se torne uma rotina de todos os anos, no Dia das Crianças em Campo Largo”, finalizou.

Banda Municipal: exemplo de valorização do menor.

Comerciante distribui 300 quilos de balas



Thadeu Fieszt promoveu distribuição de balas às crianças.

Como faz há nove anos, o comerciante Thadeu Fieszt, 35 anos, natural de Araucária e residente há 10 anos no bairro do Itaquí, distribuiu presentes para mais de 500 crianças que compareceram ao pátio da lanichete “La Paloma”, segunda-feira (8) pela manhã, quando foi comemorado o Dia das Crianças.

Fieszt, proprietário da lanichete que está arrendada para o casal José Ismael Rodrigues e Dirce Rodrigues e de um supermercado no bairro, distribuiu 300 quilos de balas (doces) colocadas em saquinhos plásticos, com a ajuda de moradores do Itaquí. A festa foi animada pelo conjunto musical “Os Herdeiros da Tradição”, integrado por músicos da própria localidade.

“Com a graça de Deus, que sempre me deu forças para trabalhar e ajudar o próximo, no ano seguinte ao da minha chegada ao Itaquí decidi fazer

LOJAS LAURITA

RUA D. PEDRO II, 949 — FONE: 292-2634.

Você sabe o que está por trás do CARBONO?

ACERVO HISTÓRICO

MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - PR